



**LEI Nº 1828/2005**

**Súmula:** Dá nova redação ao artigo 78 e parágrafos da Lei nº 941, de 16 de Setembro de 1991, estabelecendo normas para a liberação de diárias para custear despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana e dá outras providências, conforme especifica.

A **CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O artigo 78 e parágrafos, da Lei nº 941, de 26 de Setembro de 1991, passarão ter a seguinte redação:

**"Art. 78** - *Fica instituído na Prefeitura Municipal de Campo Largo, a forma de pagamento de despesas de viagens através da liberação de diárias, segundo as normas contidas na presente Lei.*

**Parágrafo Primeiro:** *Entende-se por diária, o valor monetário liberado em favor do beneficiário definido no parágrafo segundo desta Lei, mediante precedido de empenho na dotação própria, destinado à cobertura de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana, para deslocamento de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório.*

**Parágrafo Segundo:** *A liberação de recursos de que trata a presente Lei, será efetivada ao Prefeito, Vice-Prefeito, Advogado Geral do Município, Secretários Municipais, Assessor de Assuntos Especiais, Assessor Executivo e demais servidores municipais.*



**Parágrafo Terceiro:** Os valores a serem liberados, por dia de afastamento, correspondem aos estabelecidos na tabela a seguir:

<b>Cargo / Função</b>	<b>Valor da Diária</b>	
	<b>No Estado</b>	<b>Fora do Estado</b>
<b>Prefeito</b>	<b>R\$ 310,00</b>	<b>R\$ 390,00</b>
<b>Vice-Prefeito</b>	<b>R\$ 310,00</b>	<b>R\$ 390,00</b>
<b>Advogado Geral do Município</b>	<b>R\$ 255,00</b>	<b>R\$ 340,00</b>
<b>Secretários Municipais</b>	<b>R\$ 255,00</b>	<b>R\$ 340,00</b>
<b>Assessor de Assuntos Especiais e Assessor Executivo</b>	<b>R\$ 255,00</b>	<b>R\$ 340,00</b>
<b>Demais servidores</b>	<b>R\$ 200,00</b>	<b>R\$ 255,00</b>

**"Parágrafo Quarto:** Os valores acima fixados serão corrigidos anualmente pelo Poder Executivo, com base na variação do IGPM-FGV, Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, mediante decreto.

**Parágrafo Quinto:** O responsável pela diária apresentará os comprovantes de despesas, em nome do Município, acompanhado de relatório circunstanciado da viagem em até 03 (três) dias úteis após seu retorno.

**Parágrafo Sexto:** Não haverá liberação de novas Diárias, a quem da anterior não haja apresentado os respectivos comprovantes e relatórios de que trata o §5º desta Lei.





**Parágrafo Sétimo:** *Os titulares da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento e da Secretaria Municipal de Administração, em conjunto ou separadamente, poderão determinar a liberação de importâncias, para atendimento de despesas de que trata a presente Lei. " NR*

**Art. 2º** –Fica acrescentado ao artigo 78, de 26 de Setembro de 1991, os parágrafos quarto, quinto, sexto e sétimo, conforme redação acima.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, 30 de março de 2005.

**Edson Basso**  
**Prefeito Municipal**